Notícias do dia 08 de maio

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 13

O POPULAR - GO - OPINIÃO
TCE - GO
Bruno Peixoto aguarda consenso sobre teto para iniciar tramitação da LDO - GIRO 4

O POPULAR - GO - NOTÍCIAS/POLÍTICA
TCE - GO
Caiado reúne deputados em meio a crises na base 5

TV ANHANGUERA / AF. TV GLOBO - GOIÂNIA - GO - JA 2ª EDIÇÃO
TCE - GO
Avança projeto que garante revisão anual da remuneração dos servidores do Judiciário 7

RÁDIO DIFUSORA 95.5 FM GOIÂNIA - GO - MICROFONE ABERTO
TCE - GO
Apenas 4 cidades de Goiás participaram de ações para melhorar a educação da primeira infância 9

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Concessões de data-base 10

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Comissão Mista aprova concessões de data-base, nesta 4ª-feira, 8, e ainda procura consenso sobre o índice do Poder Executivo 11

JORNAL CORREIO POPULAR ONLINE - ITABERAÍ - GO - EDUCAÇÃO
TCE - GO
Apenas 4 cidades de Goiás participaram de ações para melhorar a educação da primeira infância 13

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Tribunais de Conta do Estado e do Municipio enviam ajustes de data base 15

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Tribunais de contas do Estado e do Município enviam ajustes de data-base 16

O POPULAR ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Oposição trava data-base e cobra reposição de 19% por anos anteriores 17

O POPULAR ONLINE - GO - OPINIÃO
TCE - GO
Bruno Peixoto aguarda consenso sobre teto para iniciar tramitação da LDO - GIRO 18

DE MINUTO A MINUTO - ONLINE - REGIONAIS
TCE - GO
Daniel Vilela enumera benefícios com a modernização do Estádio Serra Dourada 19

HORA EXTRA - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO

Daniel Vilela enumera benefícios a serem gerados com a modernização do Estádio Serra Dourada
. 20

JORNAL A TRIBUNA ONLINE - GO - NOTICIAS
TCE - GO
Daniel Vilela enumera benefícios a serem gerados com a modernização do Estádio Serra Dourada
. 21

JORNAL DIÁRIO DO NORTE ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Daniel Vilela enumera benefícios com a modernização do Estádio Serra Dourada. 23

MPGO - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Reunião na sede do MPGO debate vacinação nas escolas em pauta do Comitê Goiano da Primeira Infância
. 25

OPINANDO - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Daniel Vilela enumera benefícios a serem gerados com a modernização do Estádio Serra Dourada
. 27

Bruno Peixoto aguarda consenso sobre teto para iniciar tramitação da LDO - GIRO

Caio Henrique Salgado

O presidente da Assembléia Legislativa, Bruno Peixoto (UB), não pretende iniciar a tramitação da lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 antes que haja consenso entre poderes e órgãos autônomos sobre o teto de gastos. É que a proposta enviada pelo governador Ronaldo Caiado (U B) no fim de abril prevê que as despesas não poderão exceder os valores empenhados em 2021, corrigidos pela inflação (I PCA) entre 2022 e 2025. Nos bastidores, a defesa é para que seja mantida a regra que valeu em outros anos, baseada nas despesas do exercício anterior. A opção feita pelo governo estadual prevê, na prática, um teto menor, uma vez que não considera a incidência da inflação ano a ano, com o acumulado durante o mesmo período. Outra insatisfação reside na leitura de que a LDO trata de um limite específico para cada poder ou órgão. Esse ponto, aliás, foi debatido no início do ano, quando foi aprovada emenda à Constituição Estadual para estabelecer que o **Tribunal de Contas do Estado** (TCE) deve apurar se o teto foi cumprido a partir do resultado global doestado. Procurada, a Secretaria de Economia não se manifestou.

Colegiado

Bruno Peixoto defende reunião com representantes dos poderes e órgãos para deliberar sobre o teto. E também para definir se há interesse em outras emendas à LDO.

Receita

O projeto enviado à **Alego** cita que as operações de crédito consideradas até 2027 são de R$1 bilhão. Os valores citados são de R$ 214 milhões para 2025 e de R$ 434 e R$435 milhões para os dois anos seguintes, respectivamente.

Site: https://opopular.com.br/digital/08-maio-2024/1o-caderno

Caiado reúne deputados em meio a crises na base

Rubens Salomão rubens.salomao(2)opopular.com.br

Depois do acúmulo de insatisfações entre deputados aliados na Assembléia legislativa de **Goiás** (**Alego**), o governador Ronaldo Caiado (U B) agendou reunião com integrantes da base para o fim da tarde desta quarta-feira (08). em que tratará sobre as reclamações dos governistas. O clima na Casa tem sido marcado, nas últimas semanas, pela crescente irritação dos aliados, que. nesta terça-feira (07). fecharam questão sobre dois pontos cruciais: a derrubada dos frequentes vetos a projetos de autoria parlamentar e a aprovação do aumento da fatia destinada às emendas impositivas.

A revolta na base aliada é resultado de processo gradual, iniciado ainda em meados de 2023, quando se tomaram públicas as reclamações mais intensas sobre a demora para atendimento de demandas e requerimentos por parte de secretários estaduais. No mesmo período, em agosto do ano passado, houve a primeira tentativa de Proposta de Emenda a Constituição (PEC) que aumenta o orçamento impositivo de 1,2% para 2% sobre a receita corrente líquida.

A busca, à época, foi frustrada por iniciativa do governador, que rejeitou a possibilidade em jantar com os aliados no Palácio das Esmeraldas. Desde então, a iniciativa para elevar o valor destinado às próprias indicações fermentou entre os deputados e 35 já registraram assinatura em nova PEC, agora devidamente protocolada, para equiparar as emendas ao valor adotado pelo Congresso Nacional desde janeiro de 2023. Entre eles, o presidente da **Alego**, Bruno Peixoto (UB). A reunião de Caiado com a base ocorre nesta quarta, no 10' andar do Palácio Pedro Ludovico Teixeira, às 17h.

Só não registraram apoio ao aumento das emendas o líder do governo, Talles Barreto (UB), além de Alessandro Moreira (PP), André do Premium (Avante), Henrique Cesar (PSC), Jamil Calife (PP) e Vivian Naves (PP).

Parlamentares caiadistas apontam, nos bastidores, que houve definição entre parte majoritária da base, com aval de Peixoto, para que a Casa não abra mão de aumentar as emendas dos atuais R$ 11 milhões para RS 19 milhões em indicações de cada deputado.

A proposta de mudança na Constituição Estadual, de auto- ria do deputado Clécio Alves (Republicanos) , ainda diminui o engessamento das emendas impositivas. com a redução do índice obrigatório para saúde e educação de 70% para 50%.

Peixoto não confirma o acordo interno entre os deputados para aprovar a elevação das emendas mesmo sem o aval do governador e destaca que o diálogo com Caiado, nesta quarta, segue necessário para tratar do assunto. O presidente, porém, aponta que o cenário financeiro do estado é outro e que, agora, o governo tem recursos para arcar com o aumento.

"A secretária de Economia (Selene Peres) tem anunciado constantemente o superávit na arrecadação e que tem um valor considerável, superiora R$ 14 bilhões em caixa. Então, vejo sim a importância que é. conforme a Constituição Federal, elevar as emendas impositivas para que essas sejam destinadas aos municípios goianos. Porém, nós faremos tudo em diálogo com o governo", afirmou.

O Líder do governo reforçou a cobrança para que o presidente articule com Caiado, mas nega haver impedimentos no palácio ao aumento. "Não vejo nenhum tipo de problema no governo, mas primeiro tem que ser discutido e conversado com o governo. O próprio presidente Bruno Peixoto tem que estar falando pontualmente com relação a isso. A dúvida que nós vamos esclarecer junto com o governador é a partir de q uando isso pode ser feito", afirma Barreto. Deputados consideram que, apesar de apta à votação no fim de maio, a PEC das emendas só seja aprovada após as eleições municipais, em outubro.

VETOS

A reunião desta quarta ainda tratará sobre a crescente insatisfação dos deputados da base com a quantidade de vetos do governador a projetos de autoria parlamentar. Apenas neste ano, foram encaminhados 49 vetos, sendo 29 integrais e 20 parciais. As reclamações tomaram forma em reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na última semana.

Na reunião, o líder respondeu a colegas com a promessa de alinhamento de interpretação jurídica

com a Procurado-ria-Geral do Estado (PGE) e a Secretaria da Casa Civil. A conver jeito", disse. "E nós vamos continuar derrubando (os vetos a) todos os projetos que forem importantes e apresentados pela população", completa o ex-vice-governador.

Além do projeto de Lincoln, os deputados derrubaram veto de Caiado à matéria que impõe frequência de oferta de leite na merenda escolar, de Amauri Ribeiro (UB), e a criação do "Dia Estadual de Conscientização contra o Aborto", de autoria do deputado Cairo Salim (PSD).

Barreto minimizou a insatisfação dos aliados com os vetos e defendeu que "detalhes" nos projetos poderão ser corrigidos para que sejam constitucionais. Outra alternativa, segundo ele, é que as matérias sugeridas pelos deputados, mas que tenham vício de origem, sejam adotadas pelo governo e enviadas pelo Executivo à Casa.

"Mesmo sendo um projeto do governo, haveria todo o reconhecimento ao deputado que faz o requerimento e encaminha o assunto", diz. O líder do governo ainda admitiu que as reclamações serão levadas diretamente ao governador na reunião nesta quarta.

"A base está consolidada. Temos 31 deputados que votam tudo aqui e nunca teve problema nenhum. Todo mundo reconhece a dedicação da Casa, agora alguns detalhes precisam melhorar. O tratamento de alguns secretários com os parlamentares precisa ser ajustado e, nessa reunião, vai ser um bate-papo e a hora de nós mostrarmos algumas insatisfações e discutir como vão ser as emendas impositivas. Está muito tranquilo e tenho certeza que vamos chegar a um denominador comum", disse o governista.

DATABASE

Depois de duas semanas, a **Alego** iniciou, nesta terça-feira (07), a tramitação dos sete projetos de lei que definem o reajuste salarial anual a servidores estaduais. O governo estadual enviou os projetos que atendem militares, professores e funcionalismo em geral ainda no dia 23deabril.

Peixoto, no entanto, preferiu esperar o envio também das matérias do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), Defensoria Pública (DPE), Tribunal de Justiça (TJ-GO) e Procuradoria Geral do Estado (PGE). Todos as textos definem reposição de 4,62% sobre as perdas referentes a 2023.

Governador Ronaldo Caiado na última visita à **Alego**, com o pré-candidato Sandro Mabel: base pressiono

"Vai ser um bate papo e a hora de nós mostramos algumas insatisfações e discutir como vão ser as emendas impositivas" Talles Barreto(UB), líder do governo

Site: https://opopular.com.br/digital/08-maio-2024/1o-caderno

Avança projeto que garante revisão anual da remuneração dos servidores do Judiciário

+++ Transcrição +++ Os deputados da Comissão Mista aprovaram hoje a reposição salarial dos servidores da própria alegue e também de categorias como professores, funcionários da justiça e dos tribunais de contas. Mas pediram mais tempo para analisar a proposta do governo que reajusta os salários da maioria dos servidores estaduais. Foi pela Comissão Mista que os projetos de reajuste aos salários dos servidores passaram pela primeira prova de fogo. Todos propõem correção de 4,62% nos vencimentos. É o índice da inflação do ano passado. Se for aprovado, vai valer para servidores civis e militares, professores de escolas estaduais, integrantes do Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunais de Justiça, de contas dos municípios e do Estado, além dos funcionários da Assembleia Legislativa. Apenas um dos projetos não foi aprovado na Comissão Mista porque houve pedido de vistas de vários deputados que querem mais tempo para analisar o texto e propor mudanças. É a proposta de reajuste para o maior grupo do funcionalismo público, que tem servidores administrativos, da saúde, de todas as polícias e os bombeiros do Estado. Já tinha até sido convocada uma sessão extraordinária aqui no plenário para aprovar todos os projetos em primeira votação. Mas os deputados preferiram não seguir com a sessão porque se para este projeto que teve pedido de vistas, houver uma negociação com o governo e o reajuste aumentar para os servidores, as outras categorias ficariam prejudicadas. Além disso, os parlamentares que representam grupos do funcionalismo público ainda querem que o governo pague a reposição da inflação nos anos de 2018, 19 e 20. Na época, o reajuste não foi dado porque o Estado tinha entrado no Regime de Recuperação Fiscal, somando esses três anos. Mais a reposição de 2023, os servidores públicos estaduais teriam direito a quase 20% de correção nos salários. A lei do RRF já preconiz a exceção, que é a revisão da data base dos servidores. Nós não estamos aumentando os salários de servidores, nós estamos vendo aí o impacto inflacionário. O Estado arrecada mais pelo ICMS. Isso aí você está devolvendo aos servidores públicos aquele direito preconizado da constituição. Eu esperava que ao chegar o percentual do piso assim como da data base já pudesse ter vindo para casa também a reestruturação da carreira, que está pronta. O governo fica com os iães segurando porque está fazendo economia nas costas do servidor públicos. Os deputados da base do governo dizem que esse ponto será negociado. Nós estamos aqui para ver aí a possibilidade de algum abertor do governo do Estado e com certeza o governador do Estado ele vai ter esse bom senso de todas as categorias. Durante a reunião, o líder do governo garantiu que vai levar a discussão ao Palácio das Esmeraldas. Até bom risco para mim poder conseguir ter um tempo de ter uma formação melhor. Se eu não tiver uma definição, não pode ser mal-intenso ou não, porque o governo gosta de fazer essa negociação porque ele pegou o mal-intenso. Aí se você fizer isso eu vou ter que vetar, eu vou vetar porque não tem autorização do governo, como líder do governo eu tenho que ter orientação. A assessoria do governo do Ronaldo Cahado disse que o governo não vai comentar o pedido de vistas porque o projeto ainda está em tramitação. E da assembleia os deputados foram para o Palácio das Esmeraldas para uma reunião com governador Ronaldo Cahado. Principal tema desse encontro deve ser o aumento das chamadas emendas impositivas. Os deputados querem mais dinheiro do orçamento do Estado para eles decidirem como gastar. John William acompanha os bastidores dessa reunião na sede do governo que tem mais informações com a gente direto do Palácio das Esmeraldas. Boa noite. Boa noite Luciano, boa noite a todos que acompanham o J2. Essa é uma reunião que já estava marcada há alguns dias e com vários assuntos em pauta. Tem essa questão das emendas, mas eu conversei agora a pouco com um dos 27 deputados da base que estão aqui no Palácio das Esmeraldas nessa reunião a portas fechadas com o governador Ronaldo Cahado e nesse momento eles estão levando reclamações para o governador em relação a alguns secretários que eles têm dificuldades em ter conversas com esses secretários, em resolver demandas que esses secretários não recebem os deputados. Então é um tom de reclamação segundo alguns deputados com os quais eu conversei há poucos instantes. O próximo assunto da reunião é uma reclamação direta ao governador porque Ronaldo Cahado tem vetado muitos projetos dos deputados. Eles criam essas propostas lá na Legu, aprovam esses projetos e quando o texto chega aqui para ser sancionado o governador veta. Eles estão muito insatisfeitos com isso, querem que o governador dê um tratamento diferente a esses projetos e que a Procuradoria Geral do Estado até faça orientações porque o governador veta por conta de problemas em relação à legalidade dos projetos muitas vezes porque eles são considerados inconstitucionais. Então eles

querem uma assessoria da própria Procuradoria Geral do Estado para que esses projetos realmente sejam aprovados e sancionados pelo governador. E aí a última assunto desta reunião é o aumento das emendas impositivas. Hoje os deputados têm direito a 1,2% da receita corrente elíquita do Estado que te acorda com o orçamento deste ano mais de 11 milhões de reais para indicar como o Estado deve gastar, fazendo projetos para prefeitos, para prefeituras, para entidades também. Eles querem que esse índice suba Luciano para 2%. Então estão aqui fazendo pressão para que o governador aumente então aceite esse aumento porque os próprios deputados, Luciano, poderiam aprovar essa proposta de emenda à Constituição que está lá na **ALEGO** e aí ter esse índice maior. Mas eles querem ter essa conversa primeiro para não criar nenhum tipo de crise com o governo e ter as bênçãos de Ronaldo Caio em relação às emendas impositivas em 2%. Está certo, John. Muito obrigado pelas informações e a gente acompanha então o resultado dessa reunião nos nossos telos jornais. Obrigado. Bom trabalho para você. E daqui a pouco tem Vila Nova em Campa em Beloridão.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/video/2024/05/08/TVANHANGUERAAFTVGLOBOGOINIAGO-18.44.30-18.51.02-1715206587.mp4

Apenas 4 cidades de Goiás participaram de ações para melhorar a educação da primeira infância

Dos 246 municípios goianos, apenas quatro participaram de ações para melhorar a educação infantil. Os municípios de Caiapônia, Itumbiara, Luziânia e Rubiataba enviaram as documentações e foram os únicos que concorreram ao prêmio "Pacto pela Primeira Infância".

TAGS: **TCE** **GOIÁS**

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2024/05/08/RDIODIFUSORA955FMGOINIAGO-07.35.45-07.37.38-1715166612.mp3

Concessões de data-base

Revisões gerais anuais da remuneração dos servidores públicos dos Poderes Legislativo, Judiciário e outros órgãos foram aprovadas pela Comissão Mista, nesta quarta-feira, 8. A do Executivo ainda aguarda consenso sobre o índice.

Em reunião nesta terça-feira, 8, os integrantes da Comissão Mista discutiram, entre diversas pautas, os projetos de lei para revisão dos vencimentos de diversas carreiras do serviço público em Goiás. Foram aprovadas pelo colegiado as revisões para servidores da Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas dos Municípios, Defensoria Pública, **Tribunal de Contas do Estado**, Poder Judiciário e Ministério Público.

Primeira iniciativa em pauta, o projeto de lei constante do processo nº 8890/24 , assinado pelo governador Ronaldo Caiado, altera a legislação estadual (nº 192, de 24 de abril de 2024), que dispõe sobre o benefício especial de que trata o parágrafo 16 do art. 97 da Constituição do Estado. O dispositivo diz respeito ao regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos estaduais e municipais em Goiás. A propositura, de acordo com o Executivo, busca restabelecer a redação original dos dispositivos vetados no autógrafo de lei complementar, alterados por emenda parlamentar.

Entretanto, a análise do processo foi postergada, dado o pedido de vista por parte dos parlamentares petistas Antônio Gomide e Bia de Lima, além dos deputados do Partido Liberal, Major Araújo e Delegado Eduardo Prado.

Já processo nº 9823/24 , com projeto de lei da Mesa Diretora da **Assembleia Legislativa de Goiás** (**Alego**), teve a aprovação do colegiado. A matéria concede revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos efetivos ativos, inativos e pensionistas da **Alego**, foi relatada com parecer favorável de Wilde Cambão (PSD), e agora avança para apreciação plenária.

Reajuste aos Servidores do Executivo ainda é discutido

Já o projeto de lei da Governadoria que tramita no processo nº 8489/24 concede revisão geral anual dos vencimentos, dos subsídios e dos proventos do pessoal civil e militar, ativo, inativo e dos pensionistas do Poder Executivo.

Ao longo das discussões da matéria em pauta, a deputada Bia de Lima relembrou as negociações com o Executivo estadual, citando reivindicações em relação aos índices utilizados como referência, com o intuito de garantir o maior destes índices como critério de reajustes. Porém, de acordo com a parlamentar, a questão não foi especificamente abordada, além de criticar a lentidão da aprovação. "Já que o Governo deu um índice tão ínfimo, que era para entrar na folha do mês passado, agora precisamos que coloque neste mês", argumentou.

Nessa esteira, o deputado Delegado Eduardo Prado também defendeu que o índice a ser definido como referência deve ser o maior possível. "O Estado já está pagando o ínfimo", criticou. Ele citou dispositivos constitucionais e da Lei de Recuperação do Estado que autorizam a decisão do Governo neste sentido. "É um anseio de todos. Colocar o índice maior é o mínimo que se pode fazer", defendeu.

O líder do Governo, Talles Barreto (UB), colocou-se à disposição para aprofundar as discussões da pauta. De acordo com o parlamentar, as conversas com o Poder Executivo ainda estão sendo construídas, mas ressaltou que segue suas orientações.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site:
https://portal.al.go.leg.br/noticias/144449/concessoes-de-data-base

Comissão Mista aprova concessões de data-base, nesta 4ª-feira, 8, e ainda procura consenso sobre o índice do Poder Executivo

Em reunião nesta terça-feira, 8, os integrantes da Comissão Mista discutiram, entre diversas pautas, os projetos de lei para revisão dos vencimentos de diversas carreiras do serviço público em Goiás. Foram acolhidas pelo colegiado as revisões para servidores da Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas dos Municípios, Defensoria Pública, **Tribunal de Contas do Estado**, Poder Judiciário e Ministério Público.

O processo nº 9823/24 , que contém projeto de lei da Mesa Diretora da **Assembleia Legislativa de Goiás** (**Alego**), obteve aval do colegiado. A matéria, que concede revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos efetivos ativos, inativos e pensionistas da **Alego**, foi relatada com parecer favorável de Wilde Cambão (PSD), e agora avança para apreciação plenária.

Reajuste aos servidores do Executivo ainda é discutido

Já o projeto de lei da Governadoria que tramita no processo nº 8489/24 concede revisão geral anual dos vencimentos, dos subsídios e dos proventos do pessoal civil e militar, ativo, inativo e dos pensionistas do Poder Executivo.

Ao longo das discussões da matéria em pauta, a deputada Bia de Lima relembrou as negociações com o Executivo estadual, citando reivindicações em relação aos índices utilizados como referência, com o intuito de garantir o maior desses índices como critério de reajustes. De acordo com a parlamentar, porém, a questão não foi especificamente abordada, além de criticar a lentidão da aprovação. "Já que o Governo deu um índice tão ínfimo, que era para entrar na folha do mês passado, agora precisamos que coloque neste mês", argumentou.

Nessa esteira, o deputado Delegado Eduardo Prado também defendeu que o índice a ser definido como referência deve ser o maior possível. "O Estado já está pagando o ínfimo", criticou. Ele citou dispositivos constitucionais e da Lei de Recuperação do Estado, que autorizam a decisão do Governo neste sentido. "É um anseio de todos. Colocar o índice maior é o mínimo que se pode fazer", defendeu.

O líder do Governo, Talles Barreto (UB), colocou-se à disposição para aprofundar as discussões da pauta. De acordo com o parlamentar, as conversas com o Poder Executivo ainda estão sendo construídas, mas ressaltou que segue suas orientaçoes.

Amilton Filho (MDB) também se pronunciou sobre a matéria, argumentando que o índice aplicado neste ano foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais vantajoso para o servidor, de acordo com o parlamentar.

A matéria, relatada favoravelmente pelo deputado Amilton Filho (MDB), aguarda análise após os pedidos de vista do deputado Major Araújo (PL). O deputado afirmou que irá propor emenda ao projeto em discussão.

Aprovado o reajuste para professores da Seduc

Nas discussões do processo nº 8507/24 , que trata dos reajuste dos vencimentos dos professores da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), Bia de Lima voltou a criticar a condução do Governo em processos de reajustes para a educação. A parlamentar defendeu a reestruturação da carreira de magistério em Goiás, alegando prejuízos, em relação a tais reajustes, que chegam a 68%.

"Estamos cobrando, porque, hoje, não é possível um percentual para recompor, a não ser construindo uma nova carreira, não tem outro jeito", argumentou. Clamando pelo apoio dos pares, Bia de Lima citou, por fim, que Goiás é o segundo pior Estado no ranking de salários para professores. A proposta foi aprovada pelo colegiado, e segue para a análise parlamentar em Plenário.

Revisão de remuneração de outras categorias

Também foram aprovados, ao longo da reunião da Comissão Mista, os projetos referentes à revisão de remuneração de outras categorias:

8599/24 - Concede revisão geral anual da remuneração dos servidores do **Tribunal de Contas**

dos Municípios do Estado de Goiás;

8866/24 - Concede revisão geral anual da remuneração dos servidores da Defensoria Pública do Estado de Goiás;

8894/24 - Concede revisão geral anual da remuneração dos servidores do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**;

8917/24 - Concede revisão geral anual da remuneração dos servidores do Poder Judiciário de Goiás;

8993/24 - Concede revisão geral anual da remuneração dos servidores do Ministério Público de Goiás;

Previdência

Primeira iniciativa da pauta colocada em discussão, o projeto de lei constante do processo nº 8890/24 , assinado pelo governador Ronaldo Caiado, altera a legislação estadual (nº 192, de 24 de abril de 2024) que dispõe sobre o benefício especial de que trata o parágrafo 16 do art. 97 da Constituição do Estado. O dispositivo diz respeito ao regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos estaduais e municipais em Goiás. A propositura, de acordo com o Executivo, busca reestabelecer a redação original dos dispositivos vetados no autógrafo de lei complementar, alterados por emenda parlamentar.

Entretanto, a análise do processo foi postergada, dado o pedido de vista por parte dos parlamentares petistas Antônio Gomide e Bia de Lima, além dos deputados Major Araújo e Delegado Eduardo Prado, do Partido Liberal.

Outras iniciativas legislativas

A alteração na Lei Orgânica da Polícia Civil de Goiás, dentro da proposição nº 9546/24 , assinada pelo chefe do Poder Executivo, é outra matéria que deve aguardar para ser decidida. Os deputados Antônio Gomide (PT), Bia de Lima (PT), Delegado Eduardo Prado (PL) e Major Araújo (PL) registraram pedido de vista ao processo que reformula a composição do Conselho Superior da Polícia Civil e redefine o prazo recursal no processo promocional dos policiais civis.

O processo nº 4419/24 , assinado por Amauri Ribeiro (UB), segue seu percurso na Casa de Leis com a aprovação da Comissão Mista. A matéria, relatada com parecer favorável por Issy Quinan (MDB), reconhece a Festa Do Peão da Areia, realizada em maio, no povoado da Areia, como Patrimônio Cultural e Imaterial goiano.

Também avança com o sinal verde da Comissão Mista a proposição nº 9470/24 , da Governadoria, que dispõe sobre a criação e a denominação do Centro de Ensino em Período Integral Jesus Conceição Leal, em Aparecida de Goiânia.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/144449/comissao-mista-aprova-concessoes-de-data-base-nesta-4-feira-8-e-ainda-procura-consenso-sobre-o-indice-do-poder-executivo

Apenas 4 cidades de Goiás participaram de ações para melhorar a educação da primeira infância

Dos 246 municípios goianos, apenas quatro participaram de ações para melhorar a educação infantil. Os municípios de Caiapônia, Itumbiara, Luziânia e Rubiataba enviaram as documentações e foram os únicos que concorreram ao prêmio "Pacto pela Primeira Infância".

Itumbiara obteve a primeira colocação no ranking, com 286 pontos. Luziânia, Caiapônia e Rubiataba ficaram com o segundo, terceiro e quarto lugares, com os selos ouro, prata e bronze. Foram, respectivamente, 151 pontos, 30 e 20.

O projeto tem o objetivo de premiar os municípios que instituírem comitês locais da primeira infância e contribuírem para o alcance dos indicadores definidos pelo **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO). Pela pontuação recebida, de 286 pontos, Itumbiara receberá o Selo Diamante.

O município, localizado no sul goiano, conseguiu a primeira colocação por uma série de ações nas diversas áreas da Prefeitura, como a implantação do ensino 100% integral e a construção de mais dois Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e uma escola no bairro Maria Luíza Machado.

Também obteve bons resultados na saúde, com campanhas de multivacinação, reforma e ampliação de clínicas da família e a certidão de nascimento gratuita, além da atuação na área de assistência e promoção social, atenção à comunidade cigana, construção e reforma de quadras poliesportivas para crianças com deficiências.

Prefeito de Itumbiara, Dione Araújo ressaltou os esforços de todas as áreas da administração municipal, junto com a sociedade civil, para a atenção integral à primeira infância. "Está aí a prova de que é possível e de que melhoramos nossa qualidade de vida e bem-estar social na nossa cidade."

Fonte: Mais **Goiás**

Site:
https://jornalcorreiopopular.com.br/2024/05/08/apenas-4-cidades-de-goias-participaram-de-acoes-para-melhorar-

a-educacao-da-primeira-infancia/

Tribunais de Conta do Estado e do Municipio enviam ajustes de data base

O presidente do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás**, **Saulo Marques Mesquita** e o presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de **Goiás**, Joaquim Alves de Castro Neto, encaminharam projeto de lei para apreciação na Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** com os números 8894/24 e 8599/24

Esses projetos que concedem revisão geral anual da remuneração dos servidores desses órgãos, a partir de 1° de maio de 2024 e no percentual de 4,62% (quatro inteiros e sessenta e dois centésimos por cento), com base no índice Nacional de Pregos ao Consumidor Amplo - IPCA do ano de 2023.

Os presidentes justificam a solicitação. "Nossa solicitação tem o objetivo de reestabelecer o poder aquisitivo dos servidores destes tribunais com a reposição das perdas salariais ocorridas no exercício de 2023, majorando a remuneração dos servidores ativos e inativos, bem como os pensionistas.

Caso aprovado o impacto financeiro para os cofres estaduais da solicitação do **TCE** é estimado para os dois exercícios subsequentes (2023 e 2024) em R$ 15.960.000,00 (quinze milhões e novecentos e sessenta mil reais) em cada exercício.

Já o impacto financeiro da solicitação do TCM será na ordem anual de R$ 5.179.012,41 (cinco milhões, cento e setenta e nove mil, doze reais e quarenta e um centavos).

Os processos podem ser encaminhados para a Comissão Mista ainda na tarde desta quarta-feira, 8.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/144409/tribunais-de-conta-do-estado-e-do-municipio-enviam-ajustes-de-data-base

Tribunais de contas do Estado e do Município enviam ajustes de data-base

O presidente do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás**, **Saulo Marques Mesquita**, e o presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de **Goiás**, Joaquim Alves de Castro Neto, encaminharam projeto de lei para apreciação na Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** com os números 8894/24 e 8599/24

Esses projetos concedem revisão geral anual da remuneração dos servidores desses órgãos, a partir de 1° de maio de 2024 e no percentual de 4,62% (quatro inteiros e sessenta e dois centésimos por cento), com base no índice Nacional de Pregos ao Consumidor Amplo (IPCA) do ano de 2023.

Os presidentes justificam a solicitação. "Nossa solicitação tem o objetivo de reestabelecer o poder aquisitivo dos servidores desses tribunais com a reposição das perdas salariais ocorridas no exercício de 2023, majorando a remuneração dos servidores ativos e inativos, bem como os pensionistas.

Caso aprovado o impacto financeiro para os cofres estaduais da solicitação do **TCE** é estimado para os dois exercícios subsequentes (2023 e 2024) em R$ 15.960.000,00 (quinze milhões e novecentos e sessenta mil reais) em cada exercício.

Já o impacto financeiro da solicitação do TCM será na ordem anual de R$ 5.179.012,41 (cinco milhões, cento e setenta e nove mil, doze reais e quarenta e um centavos).

Os processos podem ser encaminhados para a Comissão Mista ainda na tarde desta quarta-feira, 8.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/144409/tribunais-de-contas-do-estado-e-do-municipio-enviam-ajustes-de-data-base

Oposição trava data-base e cobra reposição de 19% por anos anteriores

Deputada Bia de Lima: governo de **Goiás** tem em torno de R$ 15 bilhões em caixa (Reprodução/**Alego**)

Os deputados estaduais de oposição Bia de Lima (PL), Major Araújo e Delegado Eduardo Prado (ambos do PL) pediram vistas do projeto enviado pelo governador Ronaldo Caiado (UB) que estabelece pagamento de 4,62% a todos os servidores do estado pela reposição inflacionária referente a 2023. Os opositores cobram, na Comissão Mista da Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**), o pagamento também das datas-base atrasadas, pelas perdas acumuladas em 2018, 2019 e 2020.

Os três primeiros anos da atual gestão foram marcados pela busca pelo equilíbrio fiscal e, com esse argumento, não houve o pagamento das recomposições dos anos anteriores. O projeto da data-base de 2023, portanto, receberá duas emendas.

A primeira, já protocolada por Bia de Lima, pretende estabelecer como regra a utilização do maior índice para o pagamento do reajuste anual, entre IPCA e IGPM. Atualmente, a decisão fica a critério do Executivo.

A segunda emenda, a ser protocolada nesta quinta-feira (09), pretende aumentar o índice de reposição para 19,2%, valor apurado pelos servidores como referente às perdas acumuladas. "Os servidores precisam do valor total, até porque o pagamento de data base é uma exceção prevista no Regime de Recuperação Fiscal. É inconcebível não haver esse pagamento, já o governo tem algo em torno de R$ 15 bilhões em caixa", afirma Eduardo Prado.

"A gente entende que os deputados que pediram vistas são representantes de classes de servidores e estão brigando pelo aumento desse índice, mas também há um diálogo entre o líder do governo e o Executivo sobre essa possibilidade. Nós vamos aguardar a reação do governo e, por conta disso, foi suspensa a sessão extraordinária", conta o presidente da Comissão Mista, Wagner Neto (SD), que avalia a projeto de data-base.

A mesma comissão aprovou na tarde desta quarta-feira (08) os projetos de revisão salarial anual para servidores do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Defensoria Pública (DPE), Ministério Público (MP-GO) e Tribunal de Justiça (TJ-GO), além do reajuste do piso salarial para o magistério.

As seis matérias já seguiriam para votação em plenário, mas o presidente da Casa, Bruno Peixoto (UB), decidiu cancelar a sessão extraordinária dedicada à apreciação. A decisão ocorreu por conta da espera sobre a negociação com a gestão estadual para que, caso haja atendimento por índice maior para os servidores do Executivo, os outros poderes e órgãos autônomos também possam ter os projetos alterados e atualizados ainda durante a tramitação.

O líder do governo, Talles Barreto (UB), no entanto, afirmou ao POPULAR ainda na última semana que a elevação do porcentual não é uma possibilidade considerada pela gestão estadual e que as demandas das categorias são alvo de negociação específica já em curso pelas secretarias de Administração e Geral de Governo.

Site: https://opopular.com.br/politica/oposic-o-trava-data-base-e-cobra-reposic-o-de-19-por-anos-anteriores-1.3135289

Bruno Peixoto aguarda consenso sobre teto para iniciar tramitação da LDO - GIRO

CAIO HENRIQUE SALGADO

O presidente da Assembleia Legislativa, Bruno Peixoto (UB), não pretende iniciar a tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 antes que haja consenso entre poderes e órgãos autônomos sobre o teto de gastos. É que a proposta enviada pelo governador Ronaldo Caiado (UB) no fim de abril prevê que as despesas não poderão exceder os valores empenhados em 2021, corrigidos pela inflação (IPCA) entre 2022 e 2025.

Nos bastidores, a defesa é para que seja mantida a regra que valeu em outros anos, baseada nas despesas do exercício anterior. A opção feita pelo governo estadual prevê, na prática, um teto menor, uma vez que não considera a incidência da inflação ano a ano, com o acumulado durante o mesmo período.

Outra insatisfação reside na leitura de que a LDO trata de um limite específico para cada poder ou órgão. Esse ponto, aliás, foi debatido no início do ano, quando foi aprovada emenda à Constituição Estadual para estabelecer que o **Tribunal de Contas do Estado** (TCE) deve apurar se o teto foi cumprido a partir do resultado global do estado. Procurada, a Secretaria de Economia não se manifestou.

Colegiado

Bruno Peixoto defende reunião com representantes dos poderes e órgãos para deliberar sobre o teto. E também para definir se há interesse em outras emendas à LDO.

Receita

O projeto enviado à **Alego** cita que as operações de crédito consideradas até 2027 são de R$ 1 bilhão. Os valores citados são de R$ 214 milhões para 2025 e de R$ 434 e R$ 435 milhões para os dois anos seguintes, respectivamente.

Site: https://opopular.com.br/opiniao/coluna-giro/bruno-peixoto-aguarda-consenso-sobre-teto-para-iniciar-tramitac-o-da-ldo-1.3134917

Daniel Vilela enumera benefícios com a modernização do Estádio Serra Dourada

Redação

Com o avanço do processo de concessão do Estádio Serra Dourada à iniciativa privada e de outros dois equipamentos públicos que estão ao seu redor - o Ginásio **Goiânia** Arena e o Parque da Criança -, os benefícios a serem gerados com a futura modernização deste complexo esportivo tornam-se mais perceptíveis. Coordenador do Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo Governo de **Goiás** para cuidar de todas as etapas inerentes a este projeto, o vice-governador Daniel Vilela detalha o que chama de "retorno positivo" para a população goiana.

A começar pelas centenas de empregos diretos e indiretos, diz Daniel, que serão criados em função das obras que ocorrerão nos espaços. "Por mais que a arquitetura original do Serra Dourada seja mantida, haverá intervenções físicas de grande porte", afirma ele, mencionando, em seguida, a demolição e o rebaixamento dos degraus da conhecida "geral", o rebaixamento do nível do campo, a reforma de bares e a construção de novos sanitários, de salão multiuso, camarotes, cozinha e ainda a adequação de acessibilidade e implantação de elevadores, entre outras.

"A reestruturação do estádio prevê a criação de um distrito calcado no tripé esporte, entretenimento e lazer. Logo, teremos impactos também no aumento do número de leitos dos hotéis e na economia local, com a arrecadação de mais impostos quando tivermos, por exemplo, partidas disputadas entre grandes times e a realização de shows com artistas nacionais e internacionais", prevê o vice-governador.

Daniel também lembra que crianças e jovens terão um amplo e renovado espaço para se aperfeiçoarem nos esportes que já praticam ou para iniciarem alguma modalidade. Ainda segundo o vice-governador, residências e edifícios localizados ao redor do complexo esportivo terão valorização imobiliária. E como o estádio ficará sob os cuidados da iniciativa privada, o que era gasto pelo Governo de **Goiás** com despesas com o espaço, pode ser destinado a outro fim.

"Não nos esqueçamos que a revitalização do Serra Dourada, a ser tocada pela iniciativa privada, em nada altera o status de patrimônio público, até porque não haverá privatização, e sim um processo de concessão. A empresa a ser escolhida poderá explorá-lo por 35 anos e, para isso, fará investimentos da ordem de R$ 272 milhões. Não haverá um centavo do governo estadual nestas obras", explica.

"Tenho certeza que, pela nossa localização estratégica, por sermos um estado âncora do Centro-Oeste brasileiro, a região que mais cresce, se desenvolve e gera oportunidades e que vem sustentando economicamente nosso País, teremos sucesso nessa empreitada", acrescentou o vice-governador que, inclusive, já se reuniu com o **conselheiro** do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), **Sebastião Tejota**, por entender a importância do aval daquela corte.

Parceria - O projeto de transformação do Estádio Serra Dourada, do **Goiânia** Arena e do Parque da Criança no Distrito de Esporte, Entretenimento e Lazer é fruto de esforço conjunto da Vice-Governadoria, **Goiás** Parcerias, Secretaria-Geral de Governo (SGG) e Secretarias de Estado de Esportes e Lazer (SEEL) e de Administração (Sead). Os titulares destas Pastas integram o Grupo de Trabalho coordenado por Daniel.

A previsão, segundo o GT, é que entre julho e setembro deste ano seja lançado o edital e, ao longo dos três meses subsequentes, seja divulgado o processo de licitação para escolha da empresa que deterá a concessão do Estádio Serra Dourada. O contrato deve ser assinado nas primeiras semanas de 2025, com previsão do início das obras logo na sequência.

Site:
https://www.deminutoaminuto.com.br/2024/05/08/daniel-vilela-enumera-beneficios-com-a-modernizacao-do-estadio-serra-dourada/

Daniel Vilela enumera benefícios a serem gerados com a modernização do Estádio Serra Dourada

Com o avanço do processo de concessão do Estádio Serra Dourada à iniciativa privada e de outros dois equipamentos públicos que estão ao seu redor - o Ginásio **Goiânia** Arena e o Parque da Criança -, os benefícios a serem gerados com a futura modernização deste complexo esportivo tornam-se mais perceptíveis. Coordenador do Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo Governo de **Goiás** para cuidar de todas as etapas inerentes a este projeto, o vice-governador Daniel Vilela detalha o que chama de "retorno positivo" para a população goiana.

A começar pelas centenas de empregos diretos e indiretos, diz Daniel, que serão criados em função das obras que ocorrerão nos espaços. "Por mais que a arquitetura original do Serra Dourada seja mantida, haverá intervenções físicas de grande porte", afirma ele, mencionando, em seguida, a demolição e o rebaixamento dos degraus da conhecida "geral", o rebaixamento do nível do campo, a reforma de bares e a construção de novos sanitários, de salão multiuso, camarotes, cozinha e ainda a adequação de acessibilidade e implantação de elevadores, entre outras.

"A reestruturação do estádio prevê a criação de um distrito calcado no tripé esporte, entretenimento e lazer. Logo, teremos impactos também no aumento do número de leitos dos hotéis e na economia local, com a arrecadação de mais impostos quando tivermos, por exemplo, partidas disputadas entre grandes times e a realização de shows com artistas nacionais e internacionais", prevê o vice-governador.

Daniel também lembra que crianças e jovens terão um amplo e renovado espaço para se aperfeiçoarem nos esportes que já praticam ou para iniciarem alguma modalidade. Ainda segundo o vice-governador, residências e edifícios localizados ao redor do complexo esportivo terão valorização imobiliária. E como o estádio ficará sob os cuidados da iniciativa privada, o que era gasto pelo Governo de **Goiás** com despesas com o espaço, pode ser destinado a outro fim.

"Não nos esqueçamos que a revitalização do Serra Dourada, a ser tocada pela iniciativa privada, em nada altera o status de patrimônio público, até porque não haverá privatização, e sim um processo de concessão. A empresa a ser escolhida poderá explorá-lo por 35 anos e, para isso, fará investimentos da ordem de R$ 272 milhões. Não haverá um centavo do governo estadual nestas obras", explica.

"Tenho certeza que, pela nossa localização estratégica, por sermos um estado âncora do Centro-Oeste brasileiro, a região que mais cresce, se desenvolve e gera oportunidades e que vem sustentando economicamente nosso País, teremos sucesso nessa empreitada", acrescentou o vice-governador que, inclusive, já se reuniu com o **conselheiro** do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), **Sebastião Tejota**, por entender a importância do aval daquela corte.

Parceria

O projeto de transformação do Estádio Serra Dourada, do **Goiânia** Arena e do Parque da Criança no Distrito de Esporte, Entretenimento e Lazer é fruto de esforço conjunto da Vice-Governadoria, **Goiás** Parcerias, Secretaria-Geral de Governo (SGG) e Secretarias de Estado de Esportes e Lazer (SEEL) e de Administração (Sead). Os titulares destas Pastas integram o Grupo de Trabalho coordenado por Daniel.

A previsão, segundo o GT, é que entre julho e setembro deste ano seja lançado o edital e, ao longo dos três meses subsequentes, seja divulgado o processo de licitação para escolha da empresa que deterá a concessão do Estádio Serra Dourada. O contrato deve ser assinado nas primeiras semanas de 2025, com previsão do início das obras logo na sequência.

Foto: Divulgação

Vice-Governadoria - Governo de **Goiás**

Site: https://www.jornalhoraextra.com.br/noticias/daniel-vilela-enumera-beneficios-a-serem-gerados-com-a-modernizacao-do-estadio-serra-dourada

Daniel Vilela enumera benefícios a serem gerados com a modernização do Estádio Serra Dourada

0 Flares Twitter 0 Facebook 0 Filament.io 0 Flares ×

Daniel Vilela coordena o Grupo de Trabalho responsável pela ampla r eforma e modernização do Estádio Serra Dourada

Vice-governador coordena Grupo de Trabalho responsável pela formatação do processo de concessão do complexo esportivo à iniciativa privada. Empresa que vencer licitação terá que investir R$ 272 milhões em obras de reestruturação daquele espaço_

Com o avanço do processo de concessão do Estádio Serra Dourada à iniciativa privada e de outros dois equipamentos públicos que estão ao seu redor - o Ginásio **Goiânia** Arena e o Parque da Criança -, os benefícios a serem gerados com a futura modernização deste complexo esportivo tornam-se mais perceptíveis. Coordenador do Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo Governo de **Goiás** para cuidar de todas as etapas inerentes a este projeto, o vice-governador Daniel Vilela detalha o que chama de "retorno positivo" para a população goiana.

A começar pelas centenas de empregos diretos e indiretos, diz Daniel, que serão criados em função das obras que ocorrerão nos espaços. "Por mais que a arquitetura original do Serra Dourada seja mantida, haverá intervenções físicas de grande porte", afirma ele, mencionando, em seguida, a demolição e o rebaixamento dos degraus da conhecida "geral", o rebaixamento do nível do campo, a reforma de bares e a construção de novos sanitários, de salão multiuso, camarotes, cozinha e ainda a adequação de acessibilidade e implantação de elevadores, entre outras.

"A reestruturação do estádio prevê a criação de um distrito calcado no tripé esporte, entretenimento e lazer. Logo, teremos impactos também no aumento do número de leitos dos hotéis e na economia local, com a arrecadação de mais impostos quando tivermos, por exemplo, partidas disputadas entre grandes times e a realização de shows com artistas nacionais e internacionais", prevê o vice-governador.

Daniel também lembra que crianças e jovens terão um amplo e renovado espaço para se aperfeiçoarem nos esportes que já praticam ou para iniciarem alguma modalidade. Ainda segundo o vice-governador, residências e edifícios localizados ao redor do complexo esportivo terão valorização imobiliária. E como o estádio ficará sob os cuidados da iniciativa privada, o que era gasto pelo Governo de **Goiás** com despesas com o espaço, pode ser destinado a outro fim.

"Não nos esqueçamos que a revitalização do Serra Dourada, a ser tocada pela iniciativa privada, em nada altera o status de patrimônio público, até porque não haverá privatização, e sim um processo de concessão. A empresa a ser escolhida poderá explorá-lo por 35 anos e, para isso, fará investimentos da ordem de R$ 272 milhões. Não haverá um centavo do governo estadual nestas obras", explica.

"Tenho certeza que, pela nossa localização estratégica, por sermos um estado âncora do Centro-Oeste brasileiro, a região que mais cresce, se desenvolve e gera oportunidades e que vem sustentando economicamente nosso País, teremos sucesso nessa empreitada", acrescentou o vice-governador que, inclusive, já se reuniu com o **conselheiro** do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), **Sebastião Tejota**, por entender a importância do aval daquela corte.

Parceria

O projeto de transformação do Estádio Serra Dourada, do **Goiânia** Arena e do Parque da Criança no Distrito de Esporte, Entretenimento e Lazer é fruto de esforço conjunto da Vice-Governadoria, **Goiás** Parcerias, Secretaria-Geral de Governo (SGG) e Secretarias de Estado de Esportes e Lazer (SEEL) e de Administração (Sead). Os titulares destas Pastas integram o Grupo de Trabalho coordenado por Daniel.

A previsão, segundo o GT, é que entre julho e setembro deste ano seja lançado o edital e, ao longo dos três meses subsequentes, seja divulgado o processo de licitação para escolha da empresa que deterá a concessão do Estádio Serra Dourada. O contrato deve ser assinado nas primeiras semanas de

2025, com previsão do início das obras logo na sequência.

0 Flares Twitter 0 Facebook 0 Filament.io 0 Flares ×

Site: https://atribunadenizar.com/daniel-vilela-enumera-beneficios-a-serem-gerados-com-a-modernizacao-do-estadio-serra-dourada/

Daniel Vilela enumera benefícios com a modernização do Estádio Serra Dourada

Com o avanço do processo de concessão do Estádio Serra Dourada à iniciativa privada e de outros dois equipamentos públicos que estão ao seu redor - o Ginásio **Goiânia** Arena e o Parque da Criança -, os benefícios a serem gerados com a futura modernização deste complexo esportivo tornam-se mais perceptíveis. Coordenador do Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo Governo de **Goiás** para cuidar de todas as etapas inerentes a este projeto, o vice-governador Daniel Vilela detalha o que chama de "retorno positivo" para a população goiana.

A começar pelas centenas de empregos diretos e indiretos, diz Daniel, que serão criados em função das obras que ocorrerão nos espaços. "Por mais que a arquitetura original do Serra Dourada seja mantida, haverá intervenções físicas de grande porte", afirma ele, mencionando, em seguida, a demolição e o rebaixamento dos degraus da conhecida "geral", o rebaixamento do nível do campo, a reforma de bares e a construção de novos sanitários, de salão multiuso, camarotes, cozinha e ainda a adequação de acessibilidade e implantação de elevadores, entre outras.

"A reestruturação do estádio prevê a criação de um distrito calcado no tripé esporte, entretenimento e lazer. Logo, teremos impactos também no aumento do número de leitos dos hotéis e na economia local, com a arrecadação de mais impostos quando tivermos, por exemplo, partidas disputadas entre grandes times e a realização de shows com artistas nacionais e internacionais", prevê o vice-governador.

Daniel também lembra que crianças e jovens terão um amplo e renovado espaço para se aperfeiçoarem nos esportes que já praticam ou para iniciarem alguma modalidade. Ainda segundo o vice-governador, residências e edifícios localizados ao redor do complexo esportivo terão valorização imobiliária. E como o estádio ficará sob os cuidados da iniciativa privada, o que era gasto pelo Governo de **Goiás** com despesas com o espaço, pode ser destinado a outro fim.

"Não nos esqueçamos que a revitalização do Serra Dourada, a ser tocada pela iniciativa privada, em nada altera o status de patrimônio público, até porque não haverá privatização, e sim um processo de concessão. A empresa a ser escolhida poderá explorá-lo por 35 anos e, para isso, fará investimentos da ordem de R$ 272 milhões. Não haverá um centavo do governo estadual nestas obras", explica.

"Tenho certeza que, pela nossa localização estratégica, por sermos um estado âncora do Centro-Oeste brasileiro, a região que mais cresce, se desenvolve e gera oportunidades e que vem sustentando economicamente nosso País, teremos sucesso nessa empreitada", acrescentou o vice-governador que, inclusive, já se reuniu com o **conselheiro** do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), **Sebastião Tejota**, por entender a importância do aval daquela corte.

Parceria

O projeto de transformação do Estádio Serra Dourada, do **Goiânia** Arena e do Parque da Criança no Distrito de Esporte, Entretenimento e Lazer é fruto de esforço conjunto da Vice-Governadoria, **Goiás** Parcerias, Secretaria-Geral de Governo (SGG) e Secretarias de Estado de Esportes e Lazer (SEEL) e de Administração (Sead). Os titulares destas Pastas integram o Grupo de Trabalho coordenado por Daniel.

A previsão, segundo o GT, é que entre julho e setembro deste ano seja lançado o edital e, ao longo dos três meses subsequentes, seja divulgado o processo de licitação para escolha da empresa que deterá a concessão do Estádio Serra Dourada. O contrato deve ser assinado nas primeiras semanas de 2025, com previsão do início das obras logo na sequência.

Com o avanço do processo de concessão do Estádio Serra Dourada à iniciativa privada e de outros dois equipamentos públicos que estão ao seu redor - o Ginásio **Goiânia** Arena e o Parque da Criança -, os benefícios a serem gerados com a futura modernização deste complexo esportivo tornam-se mais perceptíveis. Coordenador do Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo Governo de **Goiás** para cuidar de todas as etapas inerentes a este projeto, o vice-governador Daniel Vilela detalha o que chama de "retorno positivo" para a população goiana.

A começar pelas centenas de empregos diretos e indiretos, diz Daniel, que serão criados em função das obras que ocorrerão nos espaços. "Por mais que a

arquitetura original do Serra Dourada seja mantida, haverá intervenções físicas de grande porte", afirma ele, mencionando, em seguida, a demolição e o rebaixamento dos degraus da conhecida "geral", o rebaixamento do nível do campo, a reforma de bares e a construção de novos sanitários, de salão multiuso, camarotes, cozinha e ainda a adequação de acessibilidade e implantação de elevadores, entre outras.

"A reestruturação do estádio prevê a criação de um distrito calcado no tripé esporte, entretenimento e lazer. Logo, teremos impactos também no aumento do número de leitos dos hotéis e na economia local, com a arrecadação de mais impostos quando tivermos, por exemplo, partidas disputadas entre grandes times e a realização de shows com artistas nacionais e internacionais", prevê o vice-governador.

Daniel também lembra que crianças e jovens terão um amplo e renovado espaço para se aperfeiçoarem nos esportes que já praticam ou para iniciarem alguma modalidade. Ainda segundo o vice-governador, residências e edifícios localizados ao redor do complexo esportivo terão valorização imobiliária. E como o estádio ficará sob os cuidados da iniciativa privada, o que era gasto pelo Governo de **Goiás** com despesas com o espaço, pode ser destinado a outro fim.

"Não nos esqueçamos que a revitalização do Serra Dourada, a ser tocada pela iniciativa privada, em nada altera o status de patrimônio público, até porque não haverá privatização, e sim um processo de concessão. A empresa a ser escolhida poderá explorá-lo por 35 anos e, para isso, fará investimentos da ordem de R$ 272 milhões. Não haverá um centavo do governo estadual nestas obras", explica.

"Tenho certeza que, pela nossa localização estratégica, por sermos um estado âncora do Centro-Oeste brasileiro, a região que mais cresce, se desenvolve e gera oportunidades e que vem sustentando economicamente nosso País, teremos sucesso nessa empreitada", acrescentou o vice-governador que, inclusive, já se reuniu com o **conselheiro** do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), **Sebastião Tejota**, por entender a importância do aval daquela corte.

Parceria

O projeto de transformação do Estádio Serra Dourada, do **Goiânia** Arena e do Parque da Criança no Distrito de Esporte, Entretenimento e Lazer é fruto de esforço conjunto da Vice-Governadoria, **Goiás** Parcerias, Secretaria-Geral de Governo (SGG) e Secretarias de Estado de Esportes e Lazer (SEEL) e de Administração (Sead). Os titulares destas Pastas integram o Grupo de Trabalho coordenado por Daniel.

A previsão, segundo o GT, é que entre julho e setembro deste ano seja lançado o edital e, ao longo dos três meses subsequentes, seja divulgado o processo de licitação para escolha da empresa que deterá a concessão do Estádio Serra Dourada. O contrato deve ser assinado nas primeiras semanas de 2025, com previsão do início das obras logo na sequência.

Site:
https://www.jornaldiariodonorte.com.br/noticias/daniel-vilela-enumera-benef-cios-a-serem-gerados-com-a-moderniza-o-do-est-dio-serra-dourada-08052118

Reunião na sede do MPGO debate vacinação nas escolas em pauta do Comitê Goiano da Primeira Infância

Vacinação nas escolas - esta foi a pauta de uma reunião sediada no Ministério Público de **Goiás** (MPGO) na última segunda-feira (6/5), com participação de integrantes do subgrupo do Comitê Goiano da Primeira Infância, com foco nas áreas da Saúde e Educação. O MP foi representado no encontro pela coordenadora da Área da Educação do Centro de Apoio Operacional, Vanessa Goulart Barbosa, e pela coordenadora da Área da Saúde, Marlene Nunes Freitas Bueno.

Durante a reunião, a superintendente de Vigilância em Saúde de **Goiás**, Flúvia Amorim, expôs dados do Estado em relação a cobertura vacinal em crianças menores de 1 ano, com base no panorama 2023/2024 do painel do Ministério da Saúde. Segundo ela, uma das maiores preocupações diz respeito à baixa taxa de vacinação contra febre amarela.

Diante da exposição, as promotoras do MPGO sugeriram que, dentro da faixa etária da primeira infância, seja pensada a vacinação nas escolas e também nos hospitais, com planejamento para adequação ao calendário escolar. Além disso, Vanessa Goulart e Marlene Freitas apontaram a necessidade de difusão de esclarecimentos e de conscientização sobre a importância das vacinas.

Ao final do encontro, foi deliberado que serão realizadas ações conjuntas com várias instituições a fim de que sejam estabelecidas novas tratativas.

Além das já citadas, participaram dos debates o assessor da presidência do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**), Halim Antônio Girade; a defensora pública Lucianna Barbosa; a representante do Tribunal de Justiça de **Goiás**, Fabíola Costa; a representante do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Walquíria de Oliveira Castro. Também as representantes da Secretaria Estadual de Saúde Joice Kellen Dorneles e Rosane Santos, e do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado de **Goiás** (Cosems), Patrícia Palmeira Fleury e Laline Rachel Lino Gomes. (Texto: Mariani Ribeiro - Fotos: Fernando Leite/Assessoria de Comunicação Social do MPGO)

Site: http://www.mpgo.mp.br/portal/noticia/reuniao-na-

sede-do-mpgo-debate-vacinacao-nas-escolas-em-pauta-do-comite-goiano-da-primeira-infancia

Daniel Vilela enumera benefícios a serem gerados com a modernização do Estádio Serra Dourada

Cloves Reges Maia

Com o avanço do processo de concessão do Estádio Serra Dourada à iniciativa privada e de outros dois equipamentos públicos que estão ao seu redor - o Ginásio **Goiânia** Arena e o Parque da Criança -, os benefícios a serem gerados com a futura modernização deste complexo esportivo tornam-se mais perceptíveis. Coordenador do Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo Governo de **Goiás** para cuidar de todas as etapas inerentes a este projeto, o vice-governador Daniel Vilela detalha o que chama de "retorno positivo" para a população goiana.

A começar pelas centenas de empregos diretos e indiretos, diz Daniel, que serão criados em função das obras que ocorrerão nos espaços. "Por mais que a arquitetura original do Serra Dourada seja mantida, haverá intervenções físicas de grande porte", afirma ele, mencionando, em seguida, a demolição e o rebaixamento dos degraus da conhecida "geral", o rebaixamento do nível do campo, a reforma de bares e a construção de novos sanitários, de salão multiuso, camarotes, cozinha e ainda a adequação de acessibilidade e implantação de elevadores, entre outras.

"A reestruturação do estádio prevê a criação de um distrito calcado no tripé esporte, entretenimento e lazer. Logo, teremos impactos também no aumento do número de leitos dos hotéis e na economia local, com a arrecadação de mais impostos quando tivermos, por exemplo, partidas disputadas entre grandes times e a realização de shows com artistas nacionais e internacionais", prevê o vice-governador.

Daniel também lembra que crianças e jovens terão um amplo e renovado espaço para se aperfeiçoarem nos esportes que já praticam ou para iniciarem alguma modalidade. Ainda segundo o vice-governador, residências e edifícios localizados ao redor do complexo esportivo terão valorização imobiliária. E como o estádio ficará sob os cuidados da iniciativa privada, o que era gasto pelo Governo de **Goiás** com despesas com o espaço, pode ser destinado a outro fim.

"Não nos esqueçamos que a revitalização do Serra Dourada, a ser tocada pela iniciativa privada, em nada altera o status de patrimônio público, até porque não haverá privatização, e sim um processo de concessão. A empresa a ser escolhida poderá explorá-lo por 35 anos e, para isso, fará investimentos da ordem de R$ 272 milhões. Não haverá um centavo do governo estadual nestas obras", explica.

"Tenho certeza que, pela nossa localização estratégica, por sermos um estado âncora do Centro-Oeste brasileiro, a região que mais cresce, se desenvolve e gera oportunidades e que vem sustentando economicamente nosso País, teremos sucesso nessa empreitada", acrescentou o vice-governador que, inclusive, já se reuniu com o **conselheiro** do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), **Sebastião Tejota**, por entender a importância do aval daquela corte.

Parceria

O projeto de transformação do Estádio Serra Dourada, do **Goiânia** Arena e do Parque da Criança no Distrito de Esporte, Entretenimento e Lazer é fruto de esforço conjunto da Vice-Governadoria, **Goiás** Parcerias, Secretaria-Geral de Governo (SGG) e Secretarias de Estado de Esportes e Lazer (SEEL) e de Administração (Sead). Os titulares destas Pastas integram o Grupo de Trabalho coordenado por Daniel.

A previsão, segundo o GT, é que entre julho e setembro deste ano seja lançado o edital e, ao longo dos três meses subsequentes, seja divulgado o processo de licitação para escolha da empresa que deterá a concessão do Estádio Serra Dourada. O contrato deve ser assinado nas primeiras semanas de 2025, com previsão do início das obras logo na sequência.

Com informações da Vice-Governadoria - Governo de **Goiás**

Site: https://nosopinando.com.br/daniel-vilela-enumera-beneficios-a-serem-gerados-com-a-modernizacao-do-estadio-serra-dourada/